RELISE

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO, SUA IMPORTÂNCIA COMO FERRAMENTA GERENCIAL NA TOMADA DE DECISÃO NO CONTEXTO EMPRESARIAL[1]

DEMONSTRATION OF ADDED VALUE: AN EXPLORATORY STUDY, ITS IMPORTANCE AS A MANAGEMENT TOOL IN DECISION MAKING IN THE BUSINESS CONTEXT

André Junior Santi Ortelan[2]

Juliana Bezerra dos Santos Ortelan[3]

Sidiany Rosa da Silva[4]

Antônio Sérgio Eduardo[5]

Renan da Silva Costa[6]

RESUMO

A busca por relatórios e demonstrações que ajudem os gestores a mensurar a lucratividade, evolução e contribuição econômica das entidades, levou ao surgimento da Demonstração de Valor Adicionado (DVA). Regulamentada pela Lei n. 11.638/2007, tem o propósito de evidenciar a formação e distribuição da riqueza das entidades. Porém, observa-se uma dificuldade na compreensão e utilização dessa demonstração em sua totalidade, visto que, a não obrigatoriedade e bem como a grande parte das empresas, principalmente micro e pequenas, desconhecem sua utilidade e, de certa forma, ignoram seu uso. Este trabalho objetiva evidenciar a importância da DVA como ferramenta gerencial na tomada de decisão pelos gestores e sua relevância como instrumento informativo da riqueza gerada e distribuída pelas organizações de pequeno porte. Utilizando de procedimentos técnicos como estudo de caso, este trabalho classifica-se como estudo de natureza descritiva. As informações de

[1] Recebido em 07/12/2021. Aprovado em 15/12/2021.

[2] Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. andre.ortelan@gmail.com
[3] Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. juortelan@gmail.com
[4] Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. sidianyrosa@hotmail.com
[5] Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. antonio.sergio@ufms.br
[6] Faculdade Integrada de Nova Andradina. renancontabil@outlook.com

pesquisa foram extraídas de uma empresa de pequeno porte do ramo de comércio e serviços, estabelecida no município de Nova Andradina, estado de Mato Grosso do Sul. Através de informações contábeis fornecidas, foi possível elaborar a DVA e identificar sua importância como ferramenta gerencial na tomada de decisão pela empresa e a distribuição de sua riqueza gerada.

Palavras-chave: demonstrações contábeis, tomada de decisão, valor adicionado.

ABSTRACT

The search for reports and statements that help managers to measure the profitability, evolution and economic contribution of entities led to the emergence of the Added Value Statement (VAS). Regulated by Law n. 11,638/2007, has the purpose of highlighting the formation and distribution of the entities' wealth. However, there is a difficulty in understanding and using this demonstration in its entirety, since it is not mandatory and as well as most companies, especially micro and small, are unaware of its usefulness and, in a way, ignore its use. This work aims to highlight the importance of VAS as a management tool in decision-making by managers and its relevance as an informative instrument of the wealth generated and distributed by small organizations. Using technical procedures as a case study, this work is classified as a descriptive study. The research information was extracted from a small business in the trade and services sector, established in the city of Nova Andradina, state of Mato Grosso do Sul. Through the accounting information provided, it was possible to prepare the VAS and identify its importance as a tool management in decision-making by the company and the distribution of its generated wealth.

Keywords: financial statements, decision making, added value.

INTRODUÇÃO

Dentre os grandes desafios levantados pela contabilidade, a identificação, os registros dos fatos ocorridos dentro de uma entidade, certamente a transparência das informações geradas é o mais importante. Segundo Breda (2020), no contexto mundial há uma reivindicação para que as empresas demonstrem a criação de valor, os impactos dos seus negócios e investimentos sobre a sustentabilidade ambiental, social e de governança

corporativa, conhecidos pela sigla “ESG” *Environmental, Social and Governance*, traduzido em português como “ambiental, social e governança”. Forma da empresa demonstrar à sociedade que através do seu negócio, que respeitam o meio ambiente, as pessoas e têm uma boa gestão.

Com o objetivo de extrair resultados mais precisos e confiáveis, usuários da contabilidade vêm aprimorando cada vez mais as demonstrações contábeis nas organizações (RICARTE, 2005). Segundo Cunha et al. (2005), é por meio dessas demonstrações que as necessidades da maioria dos usuários da contabilidade, bem ou mal, vêm sendo atendidas, sejam eles sócios, acionistas, fornecedores, financiadores, governo, administradores ou colaboradores.

Dentre as demonstrações contábeis elaboradas, por tratar-se de uma ciência social, podemos destacar a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, que demonstra o que foi produzido e para que foi distribuído, com uma visão mais ampla, mais social (SALOTTI *et.al,* 2019).

Surgida na Europa, influenciada pela Grã-Bretanha, Alemanha e França, a Demonstração de Valor Adicionado (DVA) tem sido considerada uma importante inovação nas sociedades por ações. Regulamentada sob a Lei n. 11.638 de 28 de dezembro de 2007, ela evidencia a riqueza que será agregada por uma organização ao Produto Interno Bruto (PIB) do país (CUNHA, et al., 2005).

O fornecimento de informações referente à capacidade de geração da riqueza da empresa e seus efeitos sobre a sociedade destacam sua importância como ferramenta gerencial. A DVA permite que a entidade seja evidenciada tanto pelo fator econômico, mostrando o valor gerado por ela, quanto pelo fator social, uma vez que demonstra a riqueza distribuída pela mesma (RICARTE, 2005).

Segundo Cosenza (2003), ainda há muita dificuldade na compreensão e utilização da Demonstração de Valor Adicionado em sua totalidade, apesar de

ser bem conhecida no meio acadêmico por ser um instrumento relevante para fornecer informações úteis com infinitas finalidades, ela não é muito conhecida por todos os *stakeholders*. De forma geral, a empresa é mensurada baseando-se numa série de fatores subjetivos pretendendo-se chegar ao mais próximo possível do seu real valor de mercado já que ainda não existe um roteiro consistente que determine com exatidão o “valor justo” de um empreendimento, considerando que na maioria das vezes o valor da empresa é determinado pela expectativa entre vendedores e compradores.

Verifica-se, portanto, a relevância da DVA como ferramenta gerencial para auxiliar nas tomadas de decisões das entidades, ressaltando ainda sua importância inclusive para as micro e pequenas empresas que, em sua maioria desconhecem ou ignoram o seu uso.

Desta forma, este trabalho tem por objetivo demonstrar a importância da Demonstração do Valor Adicionado como ferramenta gerencial nas tomadas de decisões em empresas de pequeno porte, e como instrumento informativo da riqueza gerada e distribuída pelas organizações, através de um estudo de caso demonstrar a maior parcela do valor adicionado pela empresa em sua atividade.

Justifica-se, portanto, o valor desta pesquisa e sua magnitude para a mensuração da DVA como ferramenta de gestão e fornecedora de informações para tomada de decisão dentro das organizações independente de porte e de transparência à sociedade que está inserida**.**

REVISÃO DA LITERATURA

Balanço social

No início da década de 1970, na Europa, uma cobrança maior sobre a responsabilidade social das empresas é enfim determinada. No Brasil, na década de 1980, a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social

(FIDES) elaborou o primeiro modelo de balanço com informações sociais e econômicas do país, mas somente a partir do início dos anos 1990 algumas empresas passaram a considerar efetivamente esta questão e a divulgar sistematicamente esse tipo de balanço social. Inicialmente com informações de ações realizadas em relação à comunidade, ao meio ambiente e aos próprios colaboradores. Desta forma, após muitas discussões e repercussões sobre o assunto, em 1984, uma empresa denominada Nitrofértil, estatal situada na Bahia, disponibilizou o primeiro documento brasileiro denominado como Balanço Social (DAL COL, 2013).

O Balanço Social envolve a demonstração da interação da empresa com os elementos que a cercam ou contribuem para sua existência, incluindo o meio ambiente, a comunidade, a economia local e os recursos humanos (PALMEIRAS, et al., 2015).

A apresentação de balanço social confiável e preciso, permite que a comunidade e todos seus *stakeholders* avaliem, mensurem e compreendam a entidade e sua responsabilidade social no meio onde está inserida. Dentre o que se pode evidenciar através do balanço social, observa-se principalmente despesas com funcionários (salários, encargos e benefícios) além de relacionar quantidade, qualificações, tempo de permanência, faixa etária dos mesmos. O balanço social relaciona também uma série de informações qualitativas como as ecológicas mostrando que a atividade desenvolvida na entidade não interfere no meio ambiente, treinamento e formação de trabalhadores, responsabilidade social e corporativa da organização, além de informações referente aos tributos pagos ao fisco que mostram o quanto a entidade contribui com a sociedade. Esta demonstração evidencia, de forma transparente, o valor gerado e sua distribuição aos segmentos beneficiários (TINOCO, 2002).

A ideia de que a otimização dos lucros não pode continuar sendo o único objetivo das atividades da empresa está cada vez mais concernente, ela tem,

também, objetivos e obrigações sociais como proporcionadora de qualidade social apoiando o desenvolvimento da comunidade onde está inserida, colaborando na preservação do meio ambiente, investindo na qualidade de vida e dos seus funcionários e dependentes proporcionando um ambiente de trabalho favorável, boa comunicação o que gera para organização retorno positivo dos acionistas e a satisfação dos clientes e fornecedores. A Responsabilidade Social ajuda de forma significativa a empresa a crescer e permanecer no mercado, cada dia mais competitiva, de forma que a organização que assumir a sua responsabilidade social estará contribuindo para a sua sustentabilidade e para o seu desempenho (PEROTTONI, 2011).

A entidade vai sendo realmente reconhecida pela sociedade à medida que vai se tornando preocupada com os problemas da comunidade, buscando soluções, assumindo a posição de empresa-cidadã. Assim, seus produtos, serviços e sua imagem adquirem força e tornam-se mais conhecidos, ganhando espaço na comunidade, com funcionários, fornecedores, governo, etc (PEROTTONI, 2011).

Demonstrações contábeis na tomada de decisão gerencial

De acordo com Silva et al. (2015), dentro de uma organização existem várias ferramentas que auxiliam nas tomadas de decisões, dentre elas podemos destacar os relatórios contábeis que evidenciam a situação financeira e econômica da empresa, entre os quais: balanço patrimonial (BP), demonstração de resultado do exercício (DRE), demonstração de lucros e prejuízos acumulados (DLPA), demonstração do fluxo de caixa (DFC) e demonstração do valor adicionado (DVA).

A princípio, a função primordial das demonstrações contábeis era fornecer informações contábeis, ou seja, dados, a terceiros, mais especificamente os stakeholders. Com o passar dos tempos, as evoluções do

mercado e aprimoramento dos profissionais que lidam com essas informações, percebeu-se que quando utilizadas dentro da organização da forma correta e pelas pessoas certas os relatórios seriam fundamentais nas decisões de negócios. Como base utilizam análise vertical que evidencia a participação de cada elemento no resultado final, análise horizontal que mostra evolução ou decadência de um período para o outro e os indicadores econômico-financeiros do qual observa-se índice de liquidez ou capacidade de pagamento da empresa, índice de endividamento que mostra qual a principal fonte de recursos e índice de rentabilidade que evidencia o grau de retorno obtido pelo capital investido (SILVA, et al., 2015).

A análise das demonstrações contábeis se tornou o caminho para decisões bem-sucedidas, dado que com esta ferramenta é possível verificar qual a real situação da empresa. Além disso, esta análise possibilita uma previsão de como ela se desenvolverá no mercado nos próximos anos, e são justamente os relatórios contábeis das demonstrações que auxiliam em diversos aspectos, como por exemplo, suprir a necessidade de informações precisas para que seus gestores estejam preparados para eventuais julgamentos e imprevistos no momento de elaborar o planejamento orçamentário da empresa ou até mesmo no planejamento estratégico (RIBEIRO, 2015).

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração de Valor Adicionado (DVA) foi regulamentada sob a Lei n. 11.638 de 28 de dezembro de 2007, contudo, ganhou força e obrigatoriedade para empresas de capital aberto somente em 2009 sob a lei 11.941 das novas práticas contábeis. Com objetivo de ser uma ferramenta de gestão e de informação, onde de forma transparente aponte o desempenho e evolução das relações econômicas e sociais da empresa, a DVA baseia-se em ser um conjunto de informações sobre a capacidade de geração de empregos, remunerações e

encargos sociais, assim como também, condições de higiene e segurança, relações profissionais, e ainda, condições de vida dos assalariados e de seus familiares, na medida em que estas condições dependem diretamente da empresa (SILVA, 2002).

Segundo Ferreira e Cavenaghi (2009), a DVA transmite informações sobre a riqueza criada e sua distribuição para os diversos usuários da contabilidade, cumprindo assim o objetivo das demonstrações contábeis, que segundo o Pronunciamento Conceitual Básico (2008a) é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisões econômicas.

Grecco et al. (2010) afirmam que através da DVA é possível estabelecer um paralelo entre o valor adicionado utilizado pelo segmento econômico e a distribuição econômica da entidade para cada segmento com o qual ela se relaciona, constituindo-se o PIB, gerado pela organização. Dessa forma, o valor adicionado está diretamente relacionado à formação do PIB de um país, sendo utilizado na macroeconomia para mensuração desse valor.

De acordo com Cunha et al. (2005), a DVA expõe os benefícios que as organizações oferecem para a sociedade através de um relatório contábil que, além de permitir a identificação da riqueza gerada pela empresa, também apresenta um mapeamento de como essas riquezas foram distribuídas aos seus diversos beneficiários.

A elaboração da DVA se deve de forma anual ao final de cada período, junto com as demais demonstrações contábeis, porém sua obrigação legal fica por conta somente das empresas de capital aberto. Para as demais empresas, essa demonstração tem somente natureza consultiva e gerencial (GRECCO et al., 2010).

As informações necessárias para a construção da DVA são obtidas da demonstração de resultado do exercício (DRE). Conforme o COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 09, 2009), a DVA tem sua formação dividida em duas partes: formação da riqueza e distribuição da riqueza.

Formação da riqueza

Em sua primeira parte, a DVA apresenta de forma detalhada a riqueza criada pela entidade.

Receitas

As receitas auferidas na DVA para compor a formação da riqueza incluem os valores obtidos através de vendas de mercadorias e produtos; prestações de serviços; provisões para crédito de liquidação duvidosa; e outras receitas.

Insumos adquiridos de terceiros

Fazem parte dos insumos adquiridos de terceiros, os custos envolvidos na aquisição dos produtos e mercadorias; custos de prestação de serviços; materiais, energia, serviços de terceiros e outros; perda e recuperação de valores ativos; e depreciação, amortização e exaustão.

Valor adicionado recebido em transferência

Corresponde ao valor adicionado recebido em transferência, o resultado de equivalência patrimonial; as receitas financeiras; e outras receitas sobre o capital próprio.

Distribuição da riqueza

A segunda parte da DVA deve apresentar como a riqueza obtida pela entidade foi distribuída.

Pessoal

Corresponde ao custo na forma de: remuneração direta; benefícios; e FGTS.

Impostos, taxas e contribuições

Referente aos impostos, taxas e contribuições, dentro do âmbito: federal; estadual; e municipal.

Remuneração de capitais de terceiros

Parcela destinada ao pagamento de financiadores externos de capital. Estão divididos em: juros; aluguéis; e outros.

Remuneração de capitais próprios

Consiste na remuneração dos sócios e acionistas, separados em juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos; e lucros retidos e prejuízos do exercício.

A seguir apresenta-se um modelo conforme o COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 09, 2009).

Modelo I - Demonstração do Valor Adicionado – EMPRESAS EM GERAL

	DESCRIÇÃO		
1	**RECEITAS**	**ANO 20XX**	
1.1	Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2	Outras receitas		
1.3	Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4	Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
2	**INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)**		
2.1	Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3	Perda / Recuperação de valores ativos		
2.4	Outras (especificar)		
3	**VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)**		
4	**DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO**		
5	**VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)**		
6	**VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA**		
6.1	Resultado de equivalência patrimonial		
6.2	Receitas financeiras		
6.3	Outras		
7	**VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)**		
8	**DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)**		
8.1	Pessoal		
8.1.1	Remuneração direta		
8.1.2	Benefícios		
8.1.3	F.G.T.S		
8.2	Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1	Federais		
8.2.2	Estaduais		
8.2.3	Municipais		
8.3	Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1	Juros		
8.3.2	Aluguéis		
8.3.3	Outras		
8.4	Remuneração de Capitais Próprios		
8.4.1	Juros sobre o Capital Próprio		
8.4.2	Dividendos		
8.4.3	Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
8.4.4	Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

(*) O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7.

Fonte: Comitê de Pronunciamentos Contábeis (Pronunciamento Técnico CPC 09, 2009, p. 16).

A DVA como instrumento de análise

De acordo com Ricarte (2005), cada uma das informações extraídas da DVA atende às necessidades específicas de distintos grupos de usuários, seja como base para comparações e negociações salariais entre entidades similares ou mesmo como estudo de comportamento evolutivo da composição da remuneração em determinados setores. Assim também, auxilia em estudos comparativos sobre carga tributária das empresas e mais profundamente identificando as regiões de maior avanço econômico a fim de elaborar políticas de fomento e incentivos de crescimento.

De certa forma, financiadores e credores também usufruem das informações geradas pela DVA observando a saúde econômica da entidade, enquanto que os acionistas e proprietários obtêm os resultados gerados sobre a riqueza distribuída aos sócios em determinado momento, podendo assim, analisar o investimento aplicado e seu respectivo retorno. Ao mesmo tempo, administradores utilizam os resultados da demonstração como instrumento de apoio ao planejamento estratégico e a tomada de decisão no gerenciamento da atividade da empresa. No âmbito social, pode-se comprovar a responsabilidade social representada pela organização e sua contribuição para geração e distribuição dessa riqueza (RICARTE, 2005).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 14), “A Metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade”.

Desta forma, os procedimentos técnicos escolhidos para o desenvolvimento deste trabalho foi o estudo de caso, que o classifica como de natureza descritiva, uma vez que, tal pesquisa observa, registra, analisa e

ordena os dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador (PRODANOV e FREITAS, 2013).

Quanto à forma de coleta de dados aplicada neste estudo, os documentos fornecidos pela empresa para análise, o classificam como pesquisa documental. Enquanto que, a qualificação da abordagem da problemática foi descrita como pesquisa qualitativa, dada a necessidade de uma sequência de estudos mais analíticos sobre o tema.

Os dados apresentados neste trabalho foram extraídos de uma empresa de pequeno porte do ramo de comércio e serviços com sua fundação desde o ano de 2002 e estabelecida na região da cidade de Nova Andradina no estado de Mato Grosso do Sul. Por questão de sigilo, omitiu-se o nome da empresa.

A empresa é formada em sociedade limitada por dois sócios, que administram, em conjunto, os setores financeiro e operacional. O quadro de funcionários é composto por 20 funcionários, distribuídos entre as áreas operacional, técnica e gerencial.

Os sócios da empresa autorizaram o fornecimento das informações necessárias pelo setor contábil e financeiro da empresa para elaboração da pesquisa. O material foi entregue em forma digital, as demonstrações contábeis em arquivos PDF referentes ao ano de 2018, devidamente encerradas e completas. Os arquivos foram transcritos para arquivo XLS a fim de melhor demonstração no corpo deste trabalho.

DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

São apresentados, a seguir, os quadros das demonstrações contábeis da empresa que foram utilizados na conclusão da pesquisa. O quadro I, representa a DRE, Demonstração do Resultado do Exercício da empresa referente ao ano de 2018.

Quadro I – DRE – Demonstração do Resultado do Exercício, período de 01/01/2018 a 31/12/2018.

DRE - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			ANO 2018	
Período de 01 de janeiro a 31 de dezembro			R$	Índice
1	(+)	RECEITA BRUTA OPERACIONAL	4.171.794,93	100,00%
2	(+)	DEDUÇÕES DE TRIBUTOS, ABATIMENTOS E DEVOLUÇÕES	(126.108,63)	3,02%
3	**(=)**	**RECEITA LÍQUIDA**	**4.045.686,30**	**96,98%**
4	(+)	CUSTOS	(2.422.257,16)	58,06%
5	**(=)**	**LUCRO BRUTO**	**1.623.429,14**	**38,91%**
6	(+)	DESPESAS ADMINISTRATIVAS - PESSOAL	(828.267,82)	19,85%
7	(+)	DESPESAS ADMINISTRATIVAS - GERAL	(463.460,31)	11,11%
8	(+)	DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(30.529,03)	0,73%
9	(+)	OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	19.404,73	0,47%
10	**(+/-)**	**RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO FINANCEIRO**	**320.576,71**	**7,68%**
11	(+)	RECEITAS FINANCEIRAS	5.943,85	0,14%
12	(+)	DESPESAS FINANCEIRAS	(151.374,22)	3,63%
13	**(=)**	**LUCRO ANTES DA CSLL E IRPJ**	**175.146,34**	**4,20%**
14	(-)	PROVISÃO PARA CSLL E IRPJ	(103.827,72)	2,49%
15	**(=)**	**LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO**	**71.318,62**	**1,71%**

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Destaca-se os valores de Receita Líquida e o total de Custos aferidos no período de 2018 através da DRE da empresa, visto que, estes valores serão base para composição e elaboração da DVA da empresa. Vale a pena observar que o percentual do Lucro Líquido do exercício em 2018 resultou em apenas 1,71% da Receita Bruta da empresa.

Com base nos dados extraídos da DRE, apresenta-se a seguir a Demonstração de Valor Adicionado da empresa, representada no quadro II e montado de acordo com o modelo apontado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (Pronunciamento Técnico CPC 09, 2009).

RELISE

Quadro II – DVA – Demonstração do Valor Adicionado, período de 01/01/2018 a 31/12/2018.

DVA - DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO		ANO 2018	
Período de 01 de janeiro a 31 de dezembro		R$	%
1	**RECEITAS**	**4.065.091,03**	**100,00%**
1.1	Vendas de mercadorias, produtos e serviços	4.045.686,30	
1.2	Outras receitas	19.404,73	
1.3	Receitas relativas à construção de ativos próprios	0,00	
1.4	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	0,00	
2	**INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS**	**(2.744.242,07)**	**67,51%**
2.1	Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(2.422.257,16)	59,59%
2.2	Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(321.984,91)	7,92%
2.3	Perda / Recuperação de valores ativos	0,00	0,00%
2.4	Outras	0,00	0,00%
3	**VALOR ADICIONADO BRUTO**	**1.320.848,96**	**32,49%**
4	**RETENÇÕES**	**(13.584,44)**	**0,33%**
4.1	Depreciação, amortização e exaustão	(13.584,44)	0,33%
5	**VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE**	**1.307.264,52**	
6	**VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA**	**5.943,85**	**0,15%**
6.1	Resultado de equivalência patrimonial	0,00	0,00%
6.2	Receitas financeiras	5.943,85	0,15%
6.3	Outras	0,00	0,00%
7	**VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR**	**1.313.208,37**	**32,30%**
8	**DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO**	**1.313.208,37**	**100,00%**
8.1	Pessoal	(828.267,82)	63,07%
8.1.1	*Remuneração direta*	*(775.131,19)*	*59,03%*
8.1.2	*Benefícios*	*(4.536,00)*	*0,35%*
8.1.3	*F.G.T.S*	*(48.600,63)*	*3,70%*
8.2	Impostos, taxas e contribuições	(170.815,00)	*13,01%*
8.2.1	*Federais*	*(109.604,51)*	*8,35%*
8.2.2	*Estaduais*	*(2.023,45)*	*0,15%*
8.2.3	*Municipais*	*(5.156,17)*	*0,39%*
8.2.4	*Outras despesas financeiras e tributárias*	*(54.030,87)*	*4,11%*
8.3	Remuneração de capitais de terceiros	(262.611,29)	*20,00%*
8.3.1	*Juros*	*(134.720,33)*	*10,26%*
8.3.2	*Aluguéis*	*(127.890,96)*	*9,74%*
8.3.3	*Outras*	*0,00*	*0,00%*
8.4	Remuneração de Capitais Próprios	51.514,26	*3,92%*
8.4.1	*Juros sobre o Capital Próprio*	*0,00*	*0,00%*
8.4.2	*Dividendos*	*0,00*	*0,00%*
8.4.3	*Lucros retidos / Prejuízo do exercício*	*51.514,26*	*3,92%*

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

O valor das receitas da empresa em 2018 foi a base para a composição do valor adicionado e sua distribuição. Os insumos adquiridos de terceiros representaram 67,51% em relação às receitas, sendo que 59,59% se referem aos custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos. O valor adicionado bruto da empresa nesse período representou um percentual de 32,49% das receitas. Após as deduções de depreciação, amortização e exaustão, e as adições de outras receitas financeiras, 32,30% do valor das receitas é o valor adicionado total a distribuir, que trata-se da riqueza gerada pela empresa no desenvolver de sua atividade e que será distribuída entre seus agentes.

Quanto à distribuição do valor adicionado apurado, destaca-se o percentual de 63,07% desse valor dissolvido em pessoal com remuneração direta, benefícios e FGTS. Esse significativo valor demonstra a relevância da entidade perante a sociedade como gerador de empregos e agente econômico.

Para o estado, 13,01% do valor adicionado foi distribuído entre agentes federais, estaduais e municipais na forma de tributos e taxas. Deste valor, 4,11% referem-se a encargos bancários, tarifas e comissões de intermediação de recebimentos de valores.

A distribuição de capital de terceiros, representada pelos juros, aluguéis e despesas financeiras, verifica-se uma participação de 20,00% da distribuição do valor adicionado da empresa. Sendo que, 10,26% desse total ficou distribuído com juros pagos para terceiros, o que indica que parte do capital necessário para a atividade da empresa está sendo financiada. Com isso, a remuneração de capital próprio teve índice de apenas 3,92% ao final da apuração, ressaltando assim a dificuldade da empresa na geração de lucros no exercício de 2018.

Ao analisar esses resultados, conclui-se, que, a empresa passa por algumas dificuldades financeiras visto que a busca por capital de terceiros interfere na geração de lucros da empresa. No entanto, a maior participação do

valor adicionado distribuído pela empresa concentra-se entre o pessoal, ou seja, os próprios funcionários da empresa. A distribuição destinada ao estado através de impostos e taxas também se mostrou relevante neste estudo, assumindo o terceiro lugar em distribuição da riqueza gerada.

CONCLUSÕES

Esta pesquisa possibilitou identificar a importância da Demonstração de Valor Adicionado (DVA) como ferramenta gerencial na tomada de decisão pelas entidades, uma vez que, permitiu uma visão mais ampla dos benefícios que uma empresa pode gerar na distribuição de riquezas em uma determinada região. Internamente, os gestores podem identificar como a riqueza gerada é distribuída entre seus agentes (pessoal, estado, terceiros) e decidir as ações a serem executadas a fim de melhorar seu desempenho. É importante dizer que esta análise só foi possível devido à precisão dos dados apresentados, visto que as informações extraídas da contabilidade da empresa tinham um nível de confiabilidade relevante. A apresentação dos resultados foi de suma importância para ações a serem tomadas futuramente pela empresa, como orçamento anual, planejamento estratégico e tomadas de decisões financeiras.

Portanto, pode-se concluir que para que tenha qualidade na emissão da DVA, todas as empresas deverão apresentar uma contabilidade fidedigna, ou seja, que represente a realidade dos fatos da organização perante o contexto que está inserida na sociedade, que possa demonstrar como a mesma está explorando sua atividade, possibilitando que o governo possa ter como indicadores para a realização de políticas públicas, como incentivos fiscais.

Para futuras pesquisas, recomenda-se a explanação sobre a utilização da DVA como uma obrigação contábil a ser apresentada e utilizada por todas as empresas, e não somente as de capital aberto, assim como sua requisição em critérios de concessão de benefícios fiscais, fundos financiadores de crédito ou

mesmo anistias e negociações fiscais. A pesquisa não se esgota com esse trabalho, portanto, sugere-se que novos estudos sejam aprofundados dada a relevância do assunto em uma economia cada vez mais globalizada e um mercado cada dia mais internacionalizado.

REFERÊNCIAS

BREDA, Zulmir Ivânio. **A Contabilidade e as dimensões econômicas, sociais e ambientais dos Relatórios de Sustentabilidade**. 2020. Disponível em https://cfc.org.br/destaque/a-contabilidade-e-as-dimensoes-economicas-sociais-e-ambientais-dos-relatorios-de-sustentabilidade/. Acesso em Jun. 2021.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Disponível em: http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_09.pdf. Acesso em Abr. 2019.

COSENZA, José Paulo. **A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado**. Revista contabilidade & finanças, v. 14, p. 07-29, 1 out. 2003.

CUNHA, Jaqueline Veneroso Alves Da; RIBEIRO, Maria De Souza; SANTOS, Ariovaldo Dos. **A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza.** Revista Contabilidade & Finanças, v. 16, n. 37, p. 7-23, 1 abr. 2005.

DAL COL, Simoni Casagrande; **A importância do balanço social nas organizações: estudo de caso Sesc – SC.** Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXIII, Nº. 000033, 10/07/2013. Disponível em: https://semanaacademica.org.br/artigo/importancia-do-balanco-social-nas-organizacoes-estudo-de-caso-sesc-sc. Acesso em Jun. 2019.

FERREIRA, Flavio Mangili; CAVENAGHI, Vagner. **A riqueza criada pelas empresas: evidenciação por meio da Demonstração de Valor Adicionado (DVA)**. In: XVI Congresso Brasileiro de Custos, Fortaleza, CE, 2009. Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC, Fortaleza: Congresso Brasileiro de Custos, 2009. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1056/1056>. Acesso em Mai. 2019.

GRECCO, Marta Cristina Pelucio; CRUZ, Daniela Aparecida Jardim; PERES, Maria Graziela; FONSECA, Robson Fernandes; PEREIRA, Thais Rose Alves.

DVA – **Demonstração do Valor Adicionado – Uma análise do setor que mais contribui para a distribuição de riqueza**. In: Congresso Brasileiro de Custos - CBC, 17º, 2010, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: CBC, 2010.

PALMEIRAS, Jenifer de Brum; MARAFON, Lucas dal Piva; BELIN, Roger. **Responsabilidade Social Em Ies: Uma Análise Do Balanço Social De Uma Universidade Do Norte Do Rs Usada Como Ferramenta De Marketing**. XV CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. Bento Gonçalves-RS, 2015.

PEROTTONI, Marco Antonio. **Balanço Social: responsabilidade, padronização e obrigatoriedade**. Revista Brasileira de Contabilidade, [S.l.], n. 134, p. 50-59, ago. 2011. ISSN 2526-8414. Disponível em: <http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/412>. Acesso em Jul. 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernane Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2ª ed. Universidade Feevale – Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf> Acesso em Jun. 2019.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Avançada**. 5 ed., São Paulo, Saraiva, 2015. 472 p.

RICARTE, Jádson Gonçalves. **Demonstração do valor adicionado**. Revista Catarinense da Ciência Contábil, Florianópolis, 2005.

SILVA, Ana Gabriela Lima da; SILVA, Jéssica Pereira; AÍMOLA, Juliana Carla; BERTELLI, Leticia Goulart. **A Importância da Análise Contábil Frente às Tomadas de Decisões**. Diálogos em Contabilidade: teoria e prática (Online), v. 1, n. 3, edição 1, jan./dez. 2015.

SILVA, Gildo Rosendo. **Balanço Social, a evolução das demonstrações contábeis**. UNIVERSIDADE CÂNDIDO, Rio de Janeiro, RJ, setembro 2002.

SALOTTI, Bruno Meirelles *et. al.* **Contabilidade Financeira**. São Paulo: Atlas, 2019.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço social: balanço da transparência corporativa e da concertação social**. Revista Brasileira de Contabilidade, [S.l.], n. 135, p. 55-72, ago. 2011. ISSN 2526-8414. Disponível em: <http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/423>. Acesso em Jul. 2019.